

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 7/ 2016

Da reunião extraordinária realizada, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 35.º do mesmo diploma legal, no dia 14 de abril de 2016, iniciada às 17:15 horas e concluída às 18:30 horas.

Sumário	1
Abertura	2
Ponto um	3
Encerramento	10

ABERTURA

ATA Nº 7/2016

Aos catorze dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 8 de abril de 2016, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores Carlos do Carmo Martins, Jorge Manuel Torrão Nunes, José Joaquim Pinto de Almeida, Nuno Flávio da Costa Reis e Rui Paulo da Silva Rosa, em substituição da Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Joaquim António Matias, tendo a falta sido justificada.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 17:15 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE 14/04/2016

Antes de dar início ao ponto em agenda, o Senhor Presidente informou que a ausência do Senhor Vereador Joaquim Matias se devia ao facto a ter de fazer tratamentos médicos, entrando de seguida na ordem de trabalhos.

1. Prestação de Contas do Exercício do ano 2015

Presente a Conta de Gerência da Câmara Municipal, do ano de 2015, com todos os documentos da prestação anual de contas, incluindo a Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando todos os presentes e dando as boas vindas ao Senhor Vereador Paulo Rosa, que ingressa agora no Executivo, manifestando também total abertura para o que for necessário.

De seguida. Informou ainda que o Senhor Vereador Joaquim Matias justificou a sua falta por motivos de saúde, devido a tratamento médico, dando a palavra aos Senhores Vereadores, para se pronunciarem sobre o ponto único da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Vereador Paulo Rosa tomou da palavra afirmando que “Nós verificámos que há um desvio considerável do que foi inicialmente o Plano e Orçamento de 2015, que os representantes do MAC votaram com abstenção, dando crédito necessário para o Executivo fazer o que propuseram realizar.

- Verificamos um endividamento assinalável nesta altura;
- A execução financeira foi de 76%, o que não seria mau se fosse um Orçamento alto;
- Registámos uma diminuição de 2% nos custos com o pessoal, que seria aceitável e bem-vinda se não fosse, de facto, o aumento de serviços externos, sobretudo na parte dos *outsourcings*, com um aumento de 13%;
- A dívida de médio e longo prazo era de 53 milhões em 2014 e em 2015 aumentaram para 58 milhões, um aumento de cerca de 9%;
- As dívidas de curto prazo, onde estão incluídos os fornecedores e o comércio local, que eram em 2014 de 3,6 milhões, aumentaram para 6 milhões, ou seja, um aumento de 2,4 milhões, que corresponde a uma taxa de 66%.
- O Resultado Líquido que em 2015, é um resultado negativo verifica-se, ainda assim, um aumento de cerca de 15%, em relação a 2014.

É esta a nossa análise das contas e as nossas preocupações.”

O Senhor Vereador José Pinto cumprimentou os presentes e desejou as boas-vindas ao Senhor Vereador Paulo Rosa.

Questionou o Senhor Presidente sobre a certificação do documento por parte do Revisor Oficial de Contas e também sobre o Relatório de Gestão que não consta do documento que lhe foi enviado.

ATA DA REUNIÃO DE 14/04/2016

De seguida entregou o documento que se transcreve:

“CONTA GERÊNCIA 2015

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

No ano transato, e no que respeita à conta de gerência, abstivemo-nos fundamentando o nosso sentido de voto e fazendo algumas proposta concretas. Infelizmente, e apesar de estarmos perante um orçamento de 2015 mais realista e mesmo reconhecendo as dificuldades, a verdade é que estamos perante uma gestão que praticamente nada difere da anterior para positivo, antes pelo contrário. Há, na nossa opinião, margem para fazer diferente e melhor...mas a ideia com que ficamos é que, tal como referi na última reunião, este executivo não sabe, não quer e já não pode.

Mas vamos aos factos:

Em termos documentais, existem duas faltas que consideramos graves:

- *Falta também a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.*
- *Por outro lado, de acordo com a alínea e) do art.77 da lei 73/2013, não foi remetido ao executivo e deliberativo, semestralmente, o relatório da entidade informação sobre a situação económica e financeira*

No que respeita ao 1º ponto, entendemos que a interpretação da lei, por parte do ROC, não está correta. Como Vossas Exas sabem, o dia-a-dia da Câmara não é gerido de forma colegial, uma vez que foram delegadas praticamente todas as competências ao senhor Presidente e à oposição pouco mais lhe resta que assistir a essa mesma gestão financeira.

Tanto ao mais grave que a falta do documento anterior e de acordo com a alínea e) do art.77 da lei 73/2013, não foi remetido ao executivo e deliberativo, semestralmente, o relatório da entidade informação sobre a situação económica e financeira, já para não falar no comportamento tido pelo Senhor Presidente nas últimas semanas, quando, e apesar de reconhecer o direito à oposição em ter acesso aos documentos, não facultou uma simples lista de funcionários.

Portanto, restava-nos o parecer do ROC para termos a certeza que tudo estaria bem. A não ser que o mesmo se queira escudar no resultado da deliberação do executivo para então emitir o parecer, o que seria muito grave.

Quanto à análise dos números, apraz-nos dizer o seguinte:

- *Estamos claramente perante umas contas de gerência que registam um aumento do passivo em 3.176.290,77€ [117.059.939,48€ (2015) – 113.883.648,71€ (2014)] (2,79%) e um aumento da dívida em 5.421.007,39€ [64.643.382,43€ (2015) – 59.222.375,04€ (2014)] (+9,15%);*
- *Essencialmente, este aumento do passivo e dívida é verificado por um aumento exponencial do valor de Credores a M/L Prazo, Fornecedores de imobilizado e Outros credores de curto prazo;*
- *Em termos de resultados do exercício, verifica-se um acréscimo “colossal” dos custos globais em 1.557.431,23€ [30.603.899,09€ (2015) – 29.046.467,86€ (2014)],*

influenciado determinantemente por um aumento dos fornecimentos externos em 892.044,99€;

- Para compensar este incremento de custos é suportado por um incremento dos proveitos em 1.099.933,32€, essencialmente devido ao aumento da rubrica Impostos e Taxas de 555.145,92€ e por uma “jogada” contabilística que para nós é arriscada e nos parece pouco coerente, que é a reversão das provisões de processos judiciais quando no relatório do PAEL é identificado um conjunto largo de processos de valores ainda significativos;*
- Uma outra situação tem a ver com a influência dos resultados das entidades em que a CMC tem participação. Ora se analisarmos o ponto 8.2.16 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o título do mesmo refere o seguinte “Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício”, mas o quadro não apresenta os resultados do exercício do ano de 2015, nem é imputado aos resultados do ano a parcela dos resultados destas entidades nas contas da CMC. Será que estamos assim perante uma tentativa de reduzir o impacto nos resultados do município, pois os resultados de praticamente todas as entidades participadas, se não mesmo a totalidade, são negativos;*
- Há ainda um erro no ponto 8.2.28 do Anexo ao Balanço e Às Demonstrações Financeiras onde refere “Relatório de Gestão de 2015” deve ler-se “Relatório de Gestão de 2014”. Esta situação vem confirmar o que vimos referindo, e com o devido respeito para com os técnicos, a falta de cuidado na preparação dos documentos e falta de análise á posteriori.*

Mas continuando a análise aos números e no que respeita à receita, é verdade que o grau de execução da receita foi de 75,6% (bastante superior a 2014, que foi de 57%...), mas muito à custa dos impostos diretos com especial ênfase para o IMI receita total de 5.365.294,23 (em 2014, 5.179.208,98).

Quanto à execução da despesa de 75,94% (ficando compromissos assumidos por pagar de quatro milhões e setecentos mil euros), mas bastante superior ao grau de execução de 2014, que foi de 56,89%, contudo à custa da aquisição de bens e serviços – em 2015 - 6.789.712,15 (69,17% grau de execução orçamental.) (em 2014: 5.536.210,09 €; grau de execução orçamental – 58,87%),

Aquisição de poucos bens em contradição aos muitos serviços

Despesas de capital

Em 2015: 3.897.277,10 € (grau de execução – 51,18% - ficou a meio caminho, de lado nenhum...), bastante inferior a 2014 4.703.098,10€

Transferências de capital para as freguesias (Nunca mais chega o ano das Freguesias!)

em 2015: 209.427,83€ - grau de execução – 38,11%

o (des) investimento:

em 2015 - 3.283.201,12 - 59.64%

Mais alguns exemplos com recurso ao Histórico e comparação de alguns Objetivo-Programas quanto à orçamentação (previsto-P) e execução (executado-E), nos últimos 3 anos.

O-P	Descrição	2015	2014	2013
-----	-----------	------	------	------

ATA DA REUNIÃO DE 14/04/2016

		P	E	P	E	P	E
0201	Cultura	881.300,00	616.816,39 70%	998.000,00	245.469,44 25%	1.207.100,00	707.994,00 59%
0202	Desporto e tempos livres	581.100,00	342.440,75 59%	872.000,00	269.632,83 31%	1.598.000,00	1.334.243,84 84%
0302	Ação social	234.600,00	145.768,43 62%	305.000,00	174.576,62 57%	436.500,00	259.050,80 59%
0505	Requalificação urbana	84.711,60	7.351,07 9%	395.000,00	40.015,32 10%	290.000,00	153.183,69 53%
0901	Rede viária e sinalização	2.317.600,0	751.107,55 32%	4.925.000,0 0	2.034.061,6 5 41%	4.777.800,00	2.700.433,21 57%
10	Defesa do ambiente	0	0	170.000,00	0 0%	170.000,00	997,56 0.6%

Assim:

- Verifica-se uma diminuição do orçamentado para a cultura, mas uma maior execução.
- Verifica-se uma diminuição (drástica) do orçamentado para o desporto e tempos livres e uma taxa de execução que aumentou em relação a 2014 mas ainda está abaixo da de 2013.
- Verifica-se uma diminuição grande (quase 50% em relação a 2013) no orçamentado para a ação social e um ligeiro aumento na taxa de execução.
- Verifica-se uma diminuição brutal do orçamentado para a requalificação urbana e uma diminuição da taxa de execução que passa em 3 anos de 53% para 9% (e com menos dinheiro orçamentado!).
- Defesa do ambiente: ZERO, apesar de se ter aumentado o IMI com a justificação que a respetiva receita seria aplicada nesta rúbrica.

As conclusões são óbvias: forte desorçamentação e contínua uma grande dificuldade em executar (exceto a cultura que está com tendência positiva, o que vimos reconhecendo e ação social também, embora, neste caso, muito ténue).

Muito pouco para tanta promessa!

Deixamos ainda uma pequena análise no que respeita à evolução do nº de trabalhadores, com base no portal transparência municipal, siep:

2013 – 309; 2014 – 295 – 2015 – 294

Contudo, acresce:

2015 – bens e serviços - 6.789.712,15

2015 – pessoal - 5.822.273,60

2014 – bens e serviços - 5.536.328,09

2014 – pessoal - 5.923.417,16

“Poupa-se”/“corta-se” nos trabalhadores e gasta-se em aquisição de bens e serviços... Assim, número de trabalhadores diminuiu... a precariedade aumentou....

Em jeito de conclusão importa referir:

- *Mais um ano sem tradução prática das prioridades eleitorais apresentadas...e desculpas há muitas, tal como as incompetências...*
- *Incapacidade para efectivar políticas de promoção e criação de emprego, reabilitação urbana, educação, promoção/apoio ao pequeno comércio, apoio às freguesias, políticas sociais, etc. ,*
- *Nada foi feito na fatura da água;*
- *Ausência de transparência nos apoios ao associativismo, etc..*
- *Barafunda no orçamento participativo...*

Tal como já referimos na Assembleia Municipal, aquando da discussão da Conta de Gerência de 2014, «passados mais de dois anos, temos uma gestão que ao fazer o julgamento do passado desprezou o futuro, defraudou expectativas e continua longe de responder às aspirações e aos problemas dos Covilhanenses patente no sucessivo incumprimento de promessas e na incapacidade para romper com alguns dos traços mais negativos do executivo anterior – ausência de critérios objetivos na atribuição de apoios, outsourcing, para referir apenas alguns dos mais gravosos.»

E continuando, «Não ignoramos os enormes problemas e algumas “bombas-relógio” deixadas pelo anterior executivo de Carlos Pinto/PSD, bem como as fortes responsabilidades das políticas do Governo PSD/CDS, mas a verdade é que isso justifica uma parte, mas não justifica tudo.»

«Passados mais de dois anos, temos uma gestão instável que provoca insegurança, incerteza e mal-estar e é incapaz de reorganizar a “máquina municipal” – há muito passado, o tempo de adaptação e do “benefício da dúvida” a verdade é que não há estratégia (...).» Infelizmente, verdades que continuam intocáveis e algumas até se avolumaram, quando estamos a meio do terceiro ano de mandato.

Fica então uma gestão que continua ao sabor das oportunidades, que não sendo muitas também não têm sido aproveitadas.

Por tudo isto, votamos conta.”

O Senhor Presidente acrescentou que a dívida aumentou 7,1 milhões de euros, que teve origem na “avalanche” de dívidas que surgiram, apesar da “nossa trajetória descendente da recuperação da nossa situação financeira, seria um valor mais baixo, não fora este aumento de 7,1% em relação a 2014, das situações registadas contabilisticamente no ano de 2015.

A dívida de médio e longo prazo aumentou 4,6 milhões de euros, devido ao Parq C e à Associação de Municípios da Cova da Beira; amortizámos 4,8 milhões de euros, em empréstimos bancários, *leasing*, EDP entre outros.

A dívida de curto prazo aumentou 2,4 milhões de euros, dos quais 1,3 milhões têm a ver com o Parque de S. Miguel, 0,6 milhões são relativos à EM512 e 0,2 milhões, é que dizem respeito aos fornecedores.

Há um dado aqui a evidenciar, que é o da execução orçamental de 76%, fazendo com que esta execução fosse a melhor de sempre. É a melhor execução de todos os tempos na Câmara Municipal da Covilhã, desde que existe o Pocal, nos últimos 14 anos. É preciso não esquecer que nos últimos 16 anos houve receitas extraordinárias de 66 milhões de euros e uma coisa é governar com receitas extraordinárias e outra coisa é governar com dívidas extraordinárias; a realidade agora é diferente e a lei em vigor também.

Quanto à certificação legal das contas convém explicar, cabalmente, que o que a Lei exige é, em primeiro lugar, quem certifica as contas do Município é o Senhor Dr. Júlio Costa, que é Técnico Oficial de Contas do Município, que não é político, que é funcionário do Estado. Depois de elas serem aprovadas pela Câmara há a certificação legal, por parte do Revisor Oficial de Contas e posteriormente serão aprovadas pela Assembleia Municipal.”

De seguida leu o parecer emitido pelo ROC, sobre as contas do Município, que será entregue aos membros do executivo, após a aprovação das Contas pela Câmara.

Sobre a tarifa da água informou que muito brevemente dará novidades sobre o assunto, designadamente na questão da tarifa social.

A Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Pinto, Nuno Reis e Paulo Rosa e os votos a favor dos Senhores Vereadores Carlos Martins, Jorge Torrão e do Senhor Presidente que exerceu o seu voto de qualidade, deliberou aprovar a Prestação de Contas da Câmara Municipal respeitante ao Exercício do Ano de 2015, bem como aprovar a proposta de transferência para resultados transitados do resultado líquido do exercício negativo, constante do relatório de gestão dos documentos da prestação de contas.

Mais foi deliberado submeter a Prestação de Contas da Câmara Municipal respeitante ao Exercício do Ano de 2015, à apreciação e votação da Assembleia Municipal da Covilhã, para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no n.º 1 do art.º 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Foram feitas as seguintes declarações de voto:

O Senhor Vereador Paulo Rosa disse para a Ata:

“O nosso voto contra nada tem a ver com a apresentação das contas e a forma como elas foram apresentadas, mas sim, pela disparidade que existe entre o Plano e Orçamento e a Execução Orçamental. Há aqui uma diferença considerável. A razão de ser da nossa votação, é porque nós votámos com a abstenção relativamente ao Plano e Orçamento, que fique bem claro, porque não temos nada e não estamos aqui sequer a levantar uma questão que seja sobre a seriedade da apresentação técnica das contas, porque acredito nos técnicos também.”

O Senhor Vereador José Pinto apresentou Declaração de Voto, que se anexa e transcreve:

“Como acabámos de referir na nossa intervenção, faltam dois documentos que consideramos imprescindíveis: a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentadas pelo Revisor Oficial de Contas e de acordo com a alínea e) do artigo 77.º da lei 73/2013, não foi remetido ao executivo municipal e deliberativo, semestralmente, o relatório da entidade com a informação sobre a situação económica e financeira.

No que respeita à avaliação política importa sublinhar:

- Mais um ano sem tradução prática das prioridades eleitorais apresentadas;*
- Incapacidade para efectivar políticas de promoção e criação de emprego, reabilitação urbana, educação, promoção/apoio ao pequeno comércio, apoio às freguesias, políticas sociais, etc.,*

- *“Poupa-se”/“corta-se” nos trabalhadores e gasta-se em aquisição de bens e serviços (outsourcing),...;*
- *Nada foi feito na fatura da água;*
- *Continua a Ausência de transparência nos apoios ao associativismo;*
- *“Barafunda” no orçamento participativo;*
- *Passados mais de dois anos, temos uma gestão instável que provoca insegurança, incerteza e mal-estar e é incapaz de reorganizar a “máquina municipal”.*

Infelizmente, verdades que continuam intocáveis e algumas até se avolumaram, quando estamos a meio do terceiro ano de mandato.

Fica então uma gestão que continua ao sabor das oportunidades, que não sendo muitas também não têm sido aproveitadas. Há, na nossa opinião, margem para fazer diferente e melhor...mas a ideia com que ficamos é que este executivo não sabe, não quer e já não pode.

Por tudo isto, votámos contra.”

ATA DA REUNIÃO DE 14/04/2016

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 18:30 horas, terminada a votação dos assuntos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral, _____